

AO COLENDO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 1ª CÂMARA

Processo nº 1.112.560

LUIZ GONZAGA DA FONSECA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 00.555.837/0001-05, com endereço na Rua Bom Despacho, nº. 210, Santo Antônio do Monte/MG, CEP nº. 35.560-000 vem, através de sua representante legal, apresentar a sua **DEFESA**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

1. DOS FATOS

Consta nos autos que a empresa Defendente, detentora da Ata de Registro de Preços nº 035/2020 recebeu por serviços que não foram prestados ao Município de Itajubá/MG, entretanto sem razão.

De fato assiste razão quando se afirma acerca do pagamento recebido pela empresa. Todavia, conforme restará demonstrado, esta efetivamente prestou parte do serviço e deixou à disposição o que ainda não restou executado.

Isso porque, foram contratados duas quantidades do item: *“Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de show pirotécnico para atender aos eventos e festividades que serão realizadas no ano de 2020, tais como: aniversário da cidade, festividade de final de ano (natal e ano novo)”*, referente à Ata de Registro de Preços nº 035/2020.

Todavia, por motivos que serão abaixo expostos, houve a execução de apenas uma quantidade, ainda que a outra já estava em posse e disponível para o Município contratante.

Destarte, não há que se falar em qualquer irregularidade ou descumprimento contratual, conforme se passa a demonstrar.

2. DA AUSÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL – EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – FOGOS QUE SE ENCONTRAM À DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.

Desde já, convém esclarecer que não assiste razão as informações que constam no processo, ao afirmarem que não houve show pirotécnico no Município de Itajubá no ano de 2020.

Conforme informado, a empresa defendente foi vencedora da Ata de Registro de Preços nº 035/2020, e para o mesmo foi emitida a Ordem de Serviço nº 3524/25 para fornecer 02 (duas) unidades dos shows pirotécnicos, sendo que uma foi cumprida durante os quatro primeiros dias de evento que aconteceria entre os dias 10 de dezembro de 2020 até 03 de janeiro de 2021, e a segunda ocorreria no decorrer do mesmo, em maior quantidade na virada do ano.

Sendo assim, 01 (uma) unidade do serviço foi efetivamente cumprida, sendo que a outra unidade já se encontrava à disposição da administração.

A empresa é sediada no Município de Santo Antônio do Monte/MG, uma cidade que se encontra a aproximadamente 400km (quatrocentos quilômetros) de Itajubá.

Dessa forma, como foi emitida a ordem de serviço para duas unidades, ambas foram levadas ao Município contratado.

Nesse ponto, cumpre esclarecer que a empresa disponibilizou **todos os materiais necessários para a execução de dois shows pirotécnicos. Um, efetivamente foi realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro e, como os materiais para o segundo, bem como o próprio responsável pela empresa já se encontrava à disposição da administração para prestar o**

serviço do segundo show, no dia 11/12/2020, foi realizado o pagamento. Afinal, a empresa já havia efetuado gastos com o transporte, e os materiais.

Ou seja, não há que se falar em pagamento antecipado, uma vez que o serviço já estava sendo prestado (o material e o profissional já se encontravam à disposição da administração, desde o dia 10/12/2020).

Portanto, não houve qualquer pagamento para empresa, anterior à prestação de serviço contratado.

Destaco que a segunda queima de fogos não ocorreu, em razão de que em **14 de dezembro de 2020, data posterior ao início do festival**, foi editado o Decreto Municipal nº 8.212/2020, que em decorrência do aumento dos casos de COVID-19 voltou a proibir as festividades no Município.

Logo, não foi possível a realização do segundo show pirotécnico, por **um fato superveniente, alheio a vontade das partes.**

Assim, em razão da anormalidade constatada, considerando que os materiais (fogos) devem ser armazenados em locais adequados, que inexistia no Município de Itajubá, bem como a ausência de previsão para o retorno das atividades, não restou alternativa a empresa a não ser trazer novamente os mesmos, evitando assim prejuízos ao que restou contratado.

Portanto, não há qualquer irregularidade da conduta da empresa, uma vez que apenas se cumpriu com a Ordem de Serviço emanada pela Administração e o não cumprimento integral foi por fato alheio a seu vontade, não podendo ser prejudicado, haja vista que já havia tido diversos gastos

Entretanto, não se olvida que ainda há uma quantidade do objeto contratado a ser fornecido pela empresa Defendente, e, portanto, já me posicionei à disposição para fornecer, evitando quaisquer prejuízos.

3 - PEDIDOS

Por todo exposto, venho requerer que seja a presente Representação julgada improcedente e devidamente arquivada.

Por fim, peço prazo para juntada do instrumento de Procuração.

Pede deferimento.

De Boa Esperança/MG para Belo Horizonte, 01 de Abril de 2022.

CAMILA SILVA COSTA
OAB/MG 175.265